

GOVERNO FEDERAL
PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS
FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

INSTITUTO	____	____	____
data	____/____/____		
cod.	113 P. 004 84		

I Encontro Nacional dos Participantes/VI Reunião dos Participantes
Pauta Comentada para a Reunião dos Participantes
Cuiabá, 30 de maio a 1^a de junho de 2001

1. Os Participantes Reafirmam:

- a) O Programa continuará contribuindo para os seguintes objetivos de longo-prazo:
 - Desenvolvimento sustentável da região amazônica.¹
 - Conservação de biodiversidade.
 - Redução da emissão de gases de efeito estufa.
- b) O Programa engloba as florestas da Amazônia brasileira e da Mata Atlântica.
- c) O Programa pertence ao Brasil e é liderado por ele.
- d) O apoio internacional continuará.
- e) Estados, municípios, sociedade civil e o setor privado deverão desempenhar papel igual em importância ao do Governo Federal.
- f) No que diz respeito a tomada de decisões e implementação, o Programa continuará sendo participativo e transparente.
- g) Por enquanto, os papéis e responsabilidades permanecerão essencialmente tais como definidos durante e depois da Quinta Reunião dos Participantes (1999)².

2. Missão do Programa

Os Participantes declaram como missão do Programa Piloto para o futuro:

Contribuir para políticas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas da Amazônia brasileira e da Mata Atlântica, através da busca dos seguintes objetivos:

- Geração e disseminação de conhecimentos relevantes e confiáveis no Brasil e na região amazônica
- Catalise de ajustes de políticas e mobilização de apoio político para tais políticas
- Promoção da aplicação de lições e modelos gerados no Programa em escala maior em políticas e programas do Governo e no comportamento da sociedade civil e do setor privado de experiências e modelos exitosos
- Criação de capacidade em instituições públicas, privadas e da sociedade civil visando a implementação dessas políticas e a aplicação de novos conhecimentos

¹ Nesse contexto, o Reino Unido espera ver uma ênfase mais forte sobre alívio de pobreza.

² "Por enquanto" refere-se a possíveis mudanças nos arranjos institucionais que venham a ser propostas ou decididas durante a vindoura fase de transição.

3. Caráter do Programa

Os Participantes concordam que as seguintes características deverão guiar o futuro do Programa Piloto:

- a) É, principalmente, um esforço piloto, de aprendizagem e catálise.
- b) Tem uma capacidade excepcional de convocar, integrar e facilitar.
- c) Mobiliza e aporta insumos para aperfeiçoar as políticas, mas não as implementa. Usa sua capacidade catalítica e mobilizadora para demonstração de políticas e programas baseados no aprendizado de lições, mas só as implementa em casos selecionados.

4. Abrangência do Programa

O Programa incluirá:

- a) Projetos em andamento, incluindo aqueles em que o processo de contratação de doações esteja em andamento.³
- b) Um componente de Controle de Queimadas e Desmatamento no Sub-Programa de Política de Recursos Naturais.
- c) Um projeto de Negócios Sustentáveis.
- d) Um sub-programa de Ciência e Tecnologia (segunda fase).
- e) Um sub-programa da Mata Atlântica.
- f) Linhas temáticas de ação (a serem definidas durante a fase de transição).
- g) Funções transversais de apoio — monitoramento, análise, apoio a políticas, disseminação, comunicações.
- h) Fortalecimento de organizações relevantes da sociedade civil.

No planejamento original, o Programa Piloto incluiu uma série de projetos que receberiam — todos — algum financiamento do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (RFT)⁴. Em paralelo aos projetos originais e aqueles acrescentados posteriormente, há uma grande variedade de projetos, programas e atividades que buscam os mesmos objetivos: os “projetos bilaterais associados” financiados por países doadores individualmente, os financiados por organizações multilaterais (BID e GEF) e ainda os financiados com recursos nacionais. Alguns desses são de natureza piloto, outros já são estruturantes.

Embora não se deva expandir a abrangência do Programa de modo a incluir todos os projetos e programas relacionados, é altamente desejável que haja um nexo muito mais forte entre o Programa Piloto e, pelo menos, alguns dos projetos relacionados mais importantes, e que estes recebam mais atenção por parte da coordenação e da comunidade do Programa, visando influenciar as atividades do Programa Piloto de modo mais eficaz. Exemplos são:

- a) Projetos bilaterais associados na região da Mata Atlântica.
- b) Programa de Ecoturismo para a Amazônia (PROECOTUR).
- c) Programa de pesquisa de grande escala sobre interação da biosfera e da atmosfera na Amazônia (LBA).
- d) Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

³ Entre estes estão os projetos Corredores Ecológicos, PDPI e Várzea.

⁴ Recentemente, um projeto (PDPI) sem financiamento do RFT tornou-se o primeiro a integrar o Programa nessas condições.

- e) Programa Nacional de Florestas (PNF), entre outros.

Nos casos em que a responsabilidade pelos outros programas não caiba já ao Ministério do Meio Ambiente, devem-se realizar reuniões regulares ou seminários (uma ou duas vezes por ano) para intercâmbio de informações entre a comunidade do Programa e os órgãos responsáveis por estes e outros programas relevantes.

5. Áreas a serem aperfeiçoadas

Levando em consideração os resultados da Revisão de Meio Termo de 2000, os Participantes concordam que o Programa deverá ser reforçado nas seguintes áreas:

- a) Deverão ser formulados resultados concretos do Programa Piloto no médio prazo, distintos dos objetivos de longo prazo mencionados acima.
- b) A estratégia do Programa deverá ser formulada de modo mais explícito.
- c) O Programa deverá guiar-se por uma visão brasileira, compartilhada e de longo prazo, do uso de terra desejado (mosaico) para a Amazônia.
- d) O caráter de programa deverá ser reforçado, e deverá haver maior integração entre projetos.
- e) A coordenação do Programa deverá tornar-se mais estratégica e deverá ser fortalecida com a inclusão de serviços programáticos transversais.
- f) O ciclo de projetos (fases de pré-investimento, negociações e efetividade da doação, e implementação) continua lento e exige mudanças nas regras e nos arranjos de financiamento.
- g) O aprendizado de lições a partir de experiências, monitoramento e análise está atrasado e torna-se hoje uma prioridade altíssima, assim como a disseminação eficaz das lições.
- h) O Programa deverá ter um impacto substancialmente maior sobre as políticas brasileiras que afetam as florestas úmidas, apesar de não implementar essas políticas. A implantação de políticas e programas é a finalidade suprema do Programa e deverá ser promovida de modo mais dinâmico.
- i) As comunicações, que incluem a disseminação de lições, deverão tornar-se mais eficazes e estratégicas, tanto dentro da comunidade do Programa, como com audiências relevantes entre decisores políticos e na sociedade brasileira. Especificamente, deverá haver maior envolvimento de sociedades locais no intercâmbio de experiências no âmbito do Programa.
- j) O setor privado deverá envolver-se de modo mais significativo em empreendimentos alternativos, de desenvolvimento sustentável, seja com o uso sustentável de recursos naturais na produção, seja na comercialização dessa produção, ou, ainda, através do financiamento da produção e comercialização.

6. Questões que Merecem mais Atenção

Os Participantes concordam que as seguintes áreas precisam ser levadas em mais alta consideração no futuro do Programa Piloto:

- a) Assentamentos rurais e seus impactos sobre florestas tropicais.
- b) Pecuária, como a maior causa de desmatamento.
- c) Transferência de lições, modelos e *know-how* a usuários finais através de assistência técnica e serviços de extensão.
- d) Políticas e planos setoriais e regionais de infraestrutura.
- e) Intercâmbio de experiências com outros países da bacia amazônica.

7. A Segunda Fase

Considerados todos os pontos acima, os Participantes concordam que o Programa entre em uma Segunda Fase no começo de 2003, após uma fase de transição de 18-24 meses, com atividades e resultados tais como descritos mais abaixo. As primeiras lições aprendidas, modelos replicáveis, propostas de políticas e recomendações estruturais deverão ser disponibilizados até meados de 2002. A Segunda Fase deverá durar cerca de quatro anos (até 2006⁵) e deverá ter as seguintes características:

- a) Será guiada por uma visão brasileira compartilhada do futuro da Amazônia a longo prazo (que ainda precisa ser desenvolvida).
- b) Implementação e financiamento de linhas temáticas, em vez de projetos (embora é provável que certos projetos venham a continuar, dependendo de ajustes definidos na fase de transição). Essas linhas temáticas seriam definidas durante o período de transição.
- c) Mais enfoque sobre áreas geográficas com o maior risco de desmatamento.
- d) Ênfase mais forte sobre sustentabilidade financeira no setor público e sustentabilidade econômica no setor privado.
- e) Facilitação, estímulo e apoio à estruturação de novas ou melhores políticas, instrumentos e programas.
- f) Integração fortalecida com outros programas nas regiões de floresta tropical, incluindo os financiados por instituições multilaterais (Banco Mundial, BID, GEF) e pelo Governo.
- g) Maior integração de ações com outros ministérios federais e governos estaduais.
- h) Fortalecimento contínuo das organizações da sociedade civil.
- i) Um espectro mais amplo de atores institucionais relevantes.
- j) Envolvimento mais forte do setor privado.
- k) Continuação de monitoramento e análise, aprendizado e disseminação.
- l) Maior financiamento nacional (pelo menos 30% do total do financiamento do Programa Piloto disponível durante a segunda fase).
- m) Maior número de doadores estrangeiros.

8. Arranjos Financeiros Futuros

Para a Segunda Fase do Programa, a começar em 2003, prevê-se o financiamento de linhas temáticas mais amplas, em vez do financiamento de projetos específicos. As atividades de cada linha poderão ser financiadas de modo mais flexível em consonância com prioridades estratégicas para o tema, de modo competitivo. Um mínimo de qualidade técnica das propostas de financiamento será assegurado através de um mecanismo de triagem, semelhante ao usado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Poder-se-á estabelecer um fundo para cada linha temática, segundo arranjos a serem definidos na fase de transição. Cada linha temática seria gerida por um gerente temático e as propostas recebidas seriam aprovadas por um comitê supervisor (semelhante à Comissão Executiva do PD/A ou ao Conselho Executivo do FUNBIO). Nos casos em que as normas dos doadores o permitam, os fundos poderão receber recursos não usados de projetos existentes. Do contrário, os fundos receberiam doações novas de doadores bilaterais, privados, do RFT ou do orçamento do governo brasileiro.

Durante a fase de transição, a duração dos projetos em andamento e a quantidade de financiamento seriam revistas caso a caso. Caso algum financiamento seja considerado

⁵ O fim da segunda fase coincidiria, assim, com o término da próxima administração do Governo.

excessivo, este seria de preferência realocado a linhas temáticas de financiamento, dependendo, naturalmente, da anuência do respectivo doador.

Orientação a Resultados: Todos os projetos e sub-projetos declararão resultados verificáveis, com prazo definido, que pretendem alcançar. Uma vez definidos os resultados concretos de um projeto e firmado um compromisso a seu respeito, as entidades executoras terão flexibilidade para movimentar recursos para o alcance desses resultados. O financiamento de todo e qualquer projeto será efetivado de modo incremental (em parcelas); a parcela seguinte só poderá ser liberada depois que os resultados devidos forem alcançados com a parcela anterior.

9. Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (RFT)

Após uma conclusão exitosa da fase de transição, os atuais doadores internacionais vão considerar o aporte de contribuições para a realimentação do RFT (ver seção 8 acima). Por enquanto, o Governo e o Banco Mundial poderão buscar novas contribuições ao RFT de fontes oficiais e não-oficiais. Um possível recurso para aumentar o saldo não empenhado do RFT é a realocação de partes de doações atuais a projetos, nos casos em que tais partes não sejam consideradas indispensáveis para o êxito do projeto.

A prioridade para o uso de recursos não comprometidos restantes no RFT será (a) a coordenação brasileira do Programa; (b) o papel acordado do Banco Mundial; e (c) o apoio necessário às redes da sociedade civil.

10. Coordenação do Programa

A Coordenação do Programa deverá tornar-se mais estratégica. Deverá ultrapassar as necessidades operacionais de preparação, contratação e supervisão da implementação de projetos (gestão do ciclo de projetos). Deverá ainda tomar a dianteira e promover o aprendizado de lições e sua aplicação no diálogo com decisores políticos, sociedade civil e o setor privado. Deverá estabelecer ligação e alianças com outras instituições dentro e fora do governo, usando o conhecimento ganho por meio do Programa. A Coordenação deverá também propor, de vez em quando, mudanças nas ênfases e prioridades do Programa, conforme a necessidade, e deverá promover comunicações eficazes e estratégicas dentro da comunidade do Programa e para audiências selecionadas fora dele.

A Coordenação do Programa será apoiada através de um novo projeto, com financiamento do orçamento federal, do RFT e de fontes bilaterais, inicialmente por três anos. Esse projeto deverá incluir serviços ou funções programáticas transversais, incluindo as do atual Projeto de Análise, Monitoramento e Avaliação (AMA), assim como outros serviços analíticos relevantes para a formulação de políticas ou estudo de tendências nas regiões de floresta tropical, disseminação, comunicações internas, comunicações estratégicas visando o público externo, coordenação de financiamento, etc.

A comunicação deve tornar-se componente integral do Programa e receber recursos apropriados através do Projeto de Coordenação do Programa. O intercâmbio de informações dentro da comunidade executora do Programa deverá ser intensificado, por meio de reuniões, internet, boletins, etc. Mensagens estrategicamente direcionadas sobre as lições do Programa deverão ser transmitidas a audiências alvo no Brasil e no exterior, através de vários meios.

11. Arcabouço Institucional

Os Participantes estão cientes de que a coordenação e implementação do Programa no âmbito da estrutura estabelecida do Governo Federal (administração direta) estão sujeitas a certas

restrições, tais como as relativas às regras do serviço público quanto a posições e remunerações, orçamento, transferência de fundos para fora da esfera federal e outras. Em alguns casos, essas restrições levaram a atrasos sérios.

Os Participantes enfatizam a necessidade de um envolvimento forte dos governos federal e estadual no Programa, especificamente do Ministério do Meio Ambiente como órgão principal para a conservação e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras. Também sublinham que o impacto do Programa sobre políticas de governo, em todos os setores, que afetam as florestas tropicais é de absoluta importância.

Em vista disso, o Governo brasileiro poderá propor opções institucionais alternativas para toda a coordenação brasileira do Programa ou parte dela, assim como para a implementação de partes do Programa. Nesse sentido, os Participantes conheceram as primeiras idéias disseminadas pelo MMA e Banco Mundial em documentos anteriores, com respeito às possibilidades de usar novas formas de entidades legais definidas por lei federal, tais como "organização social", entre outras. Qualquer que venha a ser a proposta do Governo a esse respeito, os Participantes recomendam que as opções alternativas levem em consideração os seguintes critérios:

- Maior eficiência e eficácia.
- Implementação acelerada do Programa.
- Papel apropriado e envolvimento adequado do MMA.
- Envolvimento apropriado da sociedade civil, e
- Maior impacto sobre a estruturação e formulação de políticas e programas.

O Governo brasileiro poderá ainda rever a estrutura de funcionamento da Comissão de Coordenação Brasileira (CCB) com vistas a (i) aumentar a representatividade de outros atores importantes (por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, EMBRAPA, BNDES, BASA, Agência de Desenvolvimento da Amazônia, etc.) e (ii) aumentar a relevância da Comissão na ação coordenada de governos estaduais e federal com respeito a políticas que afetam as florestas tropicais.

12. Regras Comuns

Os Participantes reconhecem que as diferentes regras e procedimentos relativos às várias fontes de financiamento (RFT, outros fundos fiduciários administrados pelo Banco Mundial, doações bilaterais, fundos do orçamento nacional, etc.) complicam o Programa. Os Participantes, incluindo os governos federal e estaduais, doadores, agentes financeiros e o Banco Mundial, comprometem-se a trabalhar juntos para adotar regras e procedimentos comuns e simplificados, na medida do possível, e reduzir a complexidade, levando em consideração também os novos mecanismos financeiros a serem desenvolvidos. Um grupo de trabalho entregará uma proposta preliminar até 31 de dezembro de 2001, para ser discutida e eventualmente aprovada pela CCC.

Os Participantes acolheriam o envolvimento do Banco Mundial como credor em apoio ao Programa Nacional de Florestas, caso o Governo brasileiro decida buscar tal assistência do Banco.

13. Papel do Banco Mundial

O Banco Mundial deverá continuar exercendo as funções que lhe são atribuídas na "Matriz de Responsabilidades" aprovada pela CCC em fevereiro de 2000. Especificamente, o Banco deverá:

- a) Continuar atuando como fiduciário do RFT.
- b) Continuar encabeçando a supervisão dos projetos com financiamento pelo RFT, a menos que outro doador venha a ser designado doador líder para tal projeto; neste caso o Banco participaria da supervisão.
- c) Auxiliar o Governo na continuação da formulação da estratégia do Programa, com o desenho de (i) atividades da fase de transição e (ii) a Segunda Fase, aportando assessoria com respeito à análise e estruturação de políticas.
- d) Continuar assistindo a promoção do envolvimento do setor privado.
- e) Ajudar a coordenação de atividades do Programa Piloto com projetos relacionados financiadas pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), no qual o Banco já está envolvido.
- f) Assistir o Governo no levantamento de fundos de fontes oficiais e não oficiais, não só para o Programa Piloto, mas também para a fortalecimento de programas e projetos.

14. Tarefas durante a Fase de Transição

Atividade	Concluída até
Definição de linhas temáticas para a segunda fase	Outubro de 2001
Definição de resultados desejados da segunda fase ⁶	Dezembro de 2001
Avaliação do desempenho institucional das instituições atualmente participantes e do grau de absorção das atividades do Programa por essas instituições	Dezembro de 2001
Ajustes à estrutura e mandato da CCB	Dezembro de 2001
Estabelecimento de uma coordenação estratégica do Programa que inclua serviços programáticos transversais	Janeiro de 2002 (lançamento)
Lançamento de um diálogo sobre a visão brasileira para o futuro da Amazônia (macro-mosaico sobre o uso do solo), com insumos técnicos, se necessário, do Programa Piloto ⁷	Começa em janeiro de 2002
Definição de novos mecanismos de financiamento para a segunda fase	Março de 2002
Ajustes ao Acordo Quadro entre o Banco Mundial e o Brasil, incluindo provisões sobre aumento do financiamento de contrapartida, seguido de aprovação pelo Senado	Março de 2002
Estudo sobre a dinâmica e as causas do desmatamento, com vistas a determinar uma "linha de ataque" apropriada para as políticas, à luz das ameaças mais importantes a florestas tropicais	Março de 2002
Identificação de lacunas de conhecimento e demandas, visando orientar áreas de estudo, aprendizado de lições e pesquisa dirigida, incluindo a criação de um mecanismo que ajude a identificar tais demandas de forma participativa, para além do setor acadêmico (até novembro de 2001).	Março de 2002
Provisão de maior financiamento nacional do Programa Piloto. A coordenação brasileira do Programa deverá ser financiada em pelo menos 50% (média durante a fase de transição) pelo Governo	Maio de 2002

⁶ Isso em vez de uma matriz lógica, a qual possivelmente não será a ferramenta mais apropriada para um programa tão complexo.

⁷ Levando em consideração definições ou planos já existentes, tais como os que dizem respeito a terras indígenas, florestas nacionais, reservas extrativistas, unidades de conservação existentes e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade, eixos de transporte e de desenvolvimento, etc., bem como o rascunho de uma visão proposta no relatório final da Revisão de Meio Termo.

brasileiro.	
Seleção estratégica de um sub-conjunto de políticas relevantes a serem detalhadas (até outubro de 2001). Elaboração de propostas concretas para o ajuste ou complementação de políticas escolhidas (até junho de 2002).	Junho de 2002
Implementação de arranjos institucionais alternativos, se propostos pelo Governo	Junho de 2002
Levantamento de fundos para o sub-programa da Mata Atlântica e RFT	Junho de 2002
Revisão e ajuste de projetos atuais, o que poderá incluir ajustes à sua abrangência, duração, conteúdo e foco geográfico, assim como realocação de recursos financeiros	Junho de 2002
Encontro Nacional com a participação de atores locais	Junho de 2002
Geração e disseminação de lições e modelos relevantes e confiáveis a partir de experiências e análises atuais. Especialmente prioritário, um estudo das lições aprendidas dos Projetos Demonstrativos, assim como recomendações de políticas e modelos replicáveis.	Junho de 2002
Negociação e contratação de fundos para a segunda fase (poderá incluir realocação de fundos existentes de projetos)	November 2002
Rascunho de proposta de regras e procedimentos simplificados	December 2002
Inclusão de novos atores	Sem data

A CCC deverá rever o progresso da agenda da transição a cada reunião e poderá propor mudanças à mesma.

15. Recomendações

Os Participantes recomendam:

- a) Que o Programa Piloto seja incluído como projeto separado no Plano Plurianual do Governo (PPA).
- b) Que outras linhas de financiamento existentes, por exemplo, o *Fundo Nacional do Meio Ambiente*, o *Programa Nacional do Meio Ambiente II*, e *FUNBIO* sejam revistas pelo Governo com vistas a aumentar a coordenação entre esses programas e o Programa Piloto.
- c) Que se organize um intercâmbio sistemático de experiências e lições entre os oito países amazônicos (em consonância com uma iniciativa do Banco Mundial que aguarda financiamento⁸).
- d) Que resultados e lições do Programa sejam apresentados na conferência "Rio+10" e na reunião do G-8 em 2002.
- e) Que a Diretoria Executiva do Banco Mundial adote uma versão revista da Resolução do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical, em consonância com as conclusões desta Reunião dos Participantes.

⁸ "Rede da Floresta Amazônica". A iniciativa seria o terceiro componente do Programa Global de Parcerias para as Florestas (GFPP), do Banco Mundial, em consonância com a "Aliança para as Florestas" e "Tendências Florestais", entre WWF e Banco Mundial. O objetivo da iniciativa é o intercâmbio eficaz de lições aprendidas, experiências exitosas e práticas de referência nas áreas de manejo florestal sustentável, manejo florestal comunitário e conservação de biodiversidade entre os oito países da bacia amazônica e organizações. Tem-se buscado financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Banco Mundial.

PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

Rascunho de Resoluções da Reunião dos Participantes Cuiabá, 1^o de junho de 2001

1. Os Participantes Reafirmam:

- O Programa continuará contribuindo para os seguintes objetivos de longo-prazo:
 - Desenvolvimento sustentável da região amazônica.¹
 - Conservação de biodiversidade.
 - Redução da emissão de gases de efeito estufa.
- O Programa engloba as florestas da Amazônia brasileira e da Mata Atlântica.
- O Programa pertence ao Brasil e é liderado por ele.
- O apoio internacional continuará.
- Estados, municípios, sociedade civil e o setor privado deverão desempenhar papel igual em importância ao do Governo Federal.
- No que diz respeito a tomada de decisões e implementação, o Programa continuará sendo participativo e transparente.
- Por enquanto, os papéis e responsabilidades permanecerão essencialmente tais como definidos durante e depois da Quinta Reunião dos Participantes (1999)².

Os doadores afirmam que, na medida do que for apropriado, o desenvolvimento sustentável seja orientado à redução da pobreza entre os habitantes das florestas úmidas.

2. Missão do Programa

Os Participantes declaram como missão do Programa Piloto para o futuro:

Contribuir para políticas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas da Amazônia brasileira e da Mata Atlântica, através da busca dos seguintes objetivos:

- Geração e disseminação de conhecimentos relevantes e confiáveis no Brasil e na região amazônica
- Catalise de ajustes de políticas e mobilização de apoio político para tais políticas
- Promoção da aplicação generalizada de experiências e modelos exitosos
- Criação de capacidade em instituições públicas, privadas e da sociedade civil visando a implementação dessas políticas e a aplicação de novos conhecimentos

¹ Nesse contexto, o Reino Unido espera ver uma ênfase mais forte sobre alívio de pobreza.

² "Por enquanto" refere-se a possíveis mudanças nos arranjos institucionais que venham a ser propostas ou decididas durante a vindoura fase de transição.

3. Caráter do Programa

Os Participantes concordam que o Programa Piloto é, principalmente, um esforço piloto de aprendizagem e catálise. Como piloto, ele apóia a aplicação de lições e modelos gerados no Programa em escala maior em políticas e programas do Governo e no comportamento da sociedade civil e do setor privado na medida em que (a) fornece insumos para políticas melhores, (b) usa sua capacidade de convocar, integrar e facilitar, e (c) promove o aprendizado de lições. Embora o Programa em si só implemente a aplicação de modo seletivo, sua contribuição deverá ser aferida por seu impacto sobre políticas em todos os setores que afetam as florestas úmidas.

4. A Segunda Fase

O Programa deverá entrar em uma Segunda Fase no começo de 2003, após uma fase de transição de 18-24 meses, com atividades e resultados tais como descritos abaixo. A Segunda Fase deverá durar cerca de quatro anos (até 2006³). Durante a transição, as primeiras lições aprendidas, modelos replicáveis, propostas de políticas e recomendações de aplicação generalizada deverão ser disponibilizados, digamos, até meados de 2002.

A Segunda Fase terá as Seguintes Características:

- Será guiada por uma visão brasileira compartilhada (macro-zoneamento) do futuro da Amazônia a longo prazo.
- Concentração no apoio à estruturação de novas ou melhores políticas, instrumentos e programas; Caráter mais claro de programa, em vez de uma coleção de projetos;
- Concentração sobre a geração e aplicação do conhecimento ganho, lições aprendidas e modelos validados;
- Implementação de linhas temáticas, possivelmente com uma estrutura de financiamento modificada;
- Inclusão de temas que necessitam de maior atenção no futuro (assentamentos rurais; regulação fundiária; pecuária; transferência de know how a usuários finais através de assistência técnica e serviços de extensão; políticas regionais e planos de infraestrutura);
- Esforço para a obtenção de resultados específicos em termos do impacto político de cada linha de ação;
- Integração mais forte de ações de políticas com outros ministérios federais e governos estaduais;
- Foco mais claro em áreas com o mais alto risco de desmatamento;
- Ênfase na sustentabilidade financeira do setor público e sustentabilidade econômica do setor privado;
- Maior integração com outros projetos e programas na floresta úmida;
- Continuidade do fortalecimento de organizações da sociedade civil;
- Um espectro mais amplo de atores institucionais relevantes;
- Maior envolvimento do setor privado;
- Monitoramento e análise, aprendizado e disseminação como processo contínuo;
- Maior financiamento nacional (pelo menos 30% do total dos fundos do Programa Piloto disponíveis na Segunda Fase); e
- Maior diversidade de doadores estrangeiros (oficiais e não-oficiais).

³ O fim da segunda fase coincidiria, assim, com o término da próxima administração do Governo.

5. Arranjos Financeiros Futuros

Durante a fase de transição, devem ser examinados e propostos arranjos alternativos de financiamento, seja para projetos, seja para linhas temáticas.

Durante a fase de transição, a duração dos projetos em andamento e a quantidade de financiamento seriam revistas caso a caso. Caso algum financiamento seja considerado excessivo, este seria de preferência realocado a linhas temáticas de financiamento, dependendo, naturalmente, da anuência do respectivo doador.

Todas as atividades financiadas, sejam projetos ou outras, deverão ter resultados verificáveis, com prazo definido, que pretendem alcançar. Uma vez definidos os resultados concretos de um projeto e firmado um compromisso a seu respeito, as entidades executoras terão flexibilidade para movimentar recursos para o alcance desses resultados. O financiamento de todo e qualquer projeto será efetivado de modo incremental (em parcelas); a parcela seguinte só poderá ser liberada depois que os resultados devidos forem alcançados com a parcela anterior.

6. Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (RFT)

Após uma conclusão exitosa da fase de transição, os atuais doadores vão considerar o aporte de contribuições para a realimentação do RFT, de acordo com previsões do fluxo de caixa necessário.

A busca de contribuições novas para o RFT, tanto de fontes oficiais como de não-oficiais, deve ser iniciada imediatamente. A realocação de fundos atualmente comprometidos poderá ser uma maneira de financiar novas prioridades. Na falta de fundos adicionais, a prioridade para o uso de recursos ainda não comprometidos do RFT deverá ser: (a) a coordenação brasileira do Programa; (b) o papel acordado do Banco Mundial; e (c) o apoio a redes da sociedade civil.

7. Coordenação do Programa

A Coordenação do Programa deverá tornar-se mais estratégica, ultrapassando as atividades operacionais relacionadas ao ciclo de projetos. Deverá incluir serviços programáticos transversais, incluindo os do atual Projeto de Avaliação, Monitoramento e Análise (AMA), assim como outros serviços analíticos relevantes para a formulação de políticas ou estudo de tendências nas regiões de floresta tropical, articulação com decisores políticos, construção de novas alianças, disseminação, comunicações internas, comunicações estratégicas visando o público externo.

A Coordenação do Programa deverá ser apoiada através de um projeto financiado pelo orçamento federal, RFT e fontes bilaterais, inicialmente por três anos. O financiamento federal da Coordenação do Programa não deverá ser inferior a 50% em média enquanto durar o projeto, e 100% depois deste.

8. Arcabouço Institucional

Novos arranjos institucionais poderão vir a ser considerados e propostos durante a fase de transição, contanto que mantenham um papel forte para o Governo Federal no Programa, especificamente, para o Ministério do Meio Ambiente no papel de agência líder, e que exerçam impacto mais forte sobre políticas de governo que afetam as florestas úmidas em todos os setores.

As alternativas a serem consideradas ou propostas deverão levar em conta os seguintes critérios:

- maior eficiência e eficácia,
- implementação acelerada do Programa,
- papel apropriado e envolvimento adequado do MMA,
- envolvimento apropriado da sociedade civil, e
- maior impacto sobre a formulação de melhores políticas e programas visando aplicação generalizada.

O Governo brasileiro poderá ainda rever a estrutura de funcionamento da Comissão de Coordenação Brasileira (CCB) com vistas a (i) aumentar a representatividade de outros atores importantes e (ii) aumentar a relevância da Comissão na ação coordenada de governos estaduais e federal com respeito a políticas que afetam as florestas tropicais.

9. Papel do Banco Mundial

O Banco Mundial deverá:

- continuar atuando como fiduciário do RFT e encabeçando a supervisão dos projetos com financiamento pelo RFT;
- auxiliar o Governo na continuação da formulação da estratégia do Programa, nas atividades da fase de transição e desenho da Segunda Fase, com aporte de assessoria com respeito à análise de políticas e sua aplicação generalizada;
- colaborar no envolvimento do setor privado;
- ajudar a coordenação com atividades relacionadas que são ou serão financiadas pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF); e
- assistir o Governo no levantamento de fundos de fontes oficiais e não oficiais.

10. Outras Recomendações

Os Participantes recomendam:

- que o Programa Piloto seja incluído como linha separada no Plano Plurianual do Governo (PPA);
- que outras linhas de financiamento existentes, por exemplo, o *Fundo Nacional do Meio Ambiente*, o *Programa Nacional do Meio Ambiente II*, e *FUNBIO* sejam revistas pelo Governo com vistas a aumentar a coordenação entre esses programas e o Programa Piloto;
- o que se organize um intercâmbio sistemático de experiências e lições entre os oito países amazônicos (em consonância com uma iniciativa do Banco Mundial que aguarda financiamento⁴);

⁴ "Rede da Floresta Amazônica". A iniciativa seria o terceiro componente do Programa Global de Parcerias para as Florestas (GFPP), do Banco Mundial, em consonância com a "Aliança para as

- que resultados e lições do Programa sejam apresentados na conferência “Rio+10” e na reunião do G-8 em 2002; e
- que a Diretoria Executiva do Banco Mundial adote uma versão revista da Resolução do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical, em consonância com as conclusões desta Reunião dos Participantes.

Tarefas durante a Fase de Transição

Atividade	Concluída até
Definição de linhas temáticas para a segunda fase	Outubro de 2001
Definição de resultados desejados da segunda fase	Dezembro de 2001
Avaliação do desempenho institucional das instituições atualmente participantes e do grau de absorção das atividades do Programa por essas instituições	Dezembro de 2001
Ajustes à estrutura e mandato da CCB	Dezembro de 2001
Estabelecimento de uma coordenação estratégica do Programa que inclua serviços programáticos transversais	Janeiro de 2002 (lançamento)
Lançamento de um diálogo sobre a visão brasileira para o futuro da Amazônia (macro-mosaico de uso do solo), com insumos técnicos, se necessário, do Programa Piloto	Começa em janeiro de 2002
Definição de novos mecanismos de financiamento para a segunda fase	Março de 2002
Ajustes ao Acordo Quadro entre o Banco Mundial e o Brasil, incluindo provisões sobre aumento do financiamento de contrapartida, seguido de aprovação pelo Senado	Março de 2002
Estudo sobre a dinâmica e as causas do desmatamento, com vistas a determinar uma “linha de ataque” apropriada para as políticas, à luz das ameaças mais importantes a florestas tropicais	Março de 2002
Identificação de lacunas de conhecimento e demandas, visando orientar áreas de estudo, aprendizado de lições e pesquisa dirigida, incluindo a criação de um mecanismo que ajude a identificar tais demandas de forma participativa, para além do setor acadêmico (até novembro de 2001).	Março de 2002
Provisão de maior financiamento nacional do Programa Piloto. A coordenação brasileira do Programa deverá ser financiada em pelo menos 50% (média durante a fase de transição) pelo Governo brasileiro.	Mai de 2002
Seleção estratégica de um sub-conjunto de políticas relevantes a serem detalhadas (até outubro de 2001). Elaboração de propostas concretas para o ajuste ou complementação de políticas escolhidas (até junho de 2002).	Junho de 2002
Implementação de arranjos institucionais alternativos, se propostos pelo Governo	Junho de 2002
Levantamento de fundos para o sub-programa da Mata Atlântica e RFT	Junho de 2002

Florestas” e “Tendências Florestais”, entre WWF e Banco Mundial. O objetivo da iniciativa é o intercâmbio eficaz de lições aprendidas, experiências exitosas e práticas de referência nas áreas de manejo florestal sustentável, manejo florestal comunitário e conservação de biodiversidade entre os oito países da bacia amazônica e organizações. Tem-se buscado financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Banco Mundial.

Revisão e ajuste de projetos atuais, o que poderá incluir ajustes à sua abrangência, duração, conteúdo e foco geográfico, assim como realocação de recursos financeiros	Junho de 2002
Encontro Nacional com a participação de atores locais	Junho de 2002
Geração e disseminação de lições e modelos relevantes e confiáveis a partir de experiências e análises atuais. Especialmente prioritário, um estudo das lições aprendidas dos Projetos Demonstrativos, assim como recomendações de políticas e modelos replicáveis.	Junho de 2002
Negociação e contratação de fundos para a segunda fase (poderá incluir realocação de fundos existentes de projetos)	November 2002
Rascunho de proposta de regras e procedimentos simplificados	December 2002
Inclusão de novos atores	Sem data

A CCC deverá rever o progresso da agenda da transição a cada reunião. Ela poderá propor mudanças à agenda e aprovar propostas específicas resultantes da transição.

Material de Contexto

Abrangência do Programa

O Programa incluirá:

- Projetos em andamento, incluindo aqueles em que o processo de contratação de doações esteja em andamento;⁵
- Um componente de Controle de Queimadas e Desmatamento no Sub-Programa de Política de Recursos Naturais;
- Um projeto de Negócios Sustentáveis;
- Um sub-programa de Ciência e Tecnologia (segunda fase);
- Um sub-programa da Mata Atlântica;
- Linhas temáticas de ação (a serem definidas durante a fase de transição);
- Funções transversais de apoio — monitoramento, análise, apoio a políticas, disseminação, comunicações;
- Fortalecimento de organizações relevantes da sociedade civil.

No planejamento original, o Programa Piloto incluiu uma série de projetos que receberiam — todos — algum financiamento do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (RFT)⁶. Em paralelo aos projetos originais e aqueles acrescentados posteriormente, há uma grande variedade de projetos, programas e atividades que buscam os mesmos objetivos: os “projetos bilaterais associados” financiados por países doadores individualmente, os financiados por organizações multilaterais (BID e GEF) e ainda os financiados com recursos nacionais. Alguns desses são de natureza piloto, outros já são estruturantes (ou voltados para a aplicação generalizada).

Embora não se deva expandir a abrangência do Programa de modo a incluir todos os projetos e programas relacionados, é altamente desejável que haja umnexo muito mais forte entre o Programa Piloto e, pelo menos, alguns dos projetos relacionados mais importantes, e que estes recebam mais atenção por parte da coordenação e da comunidade do Programa, visando influenciar as atividades do Programa Piloto de modo mais eficaz. Exemplos são:

⁵ Entre estes estão os projetos Corredores Ecológicos, PDPI e Várzea.

⁶ Recentemente, um projeto (PDPI) sem financiamento do RFT tornou-se o primeiro a integrar o Programa nessas condições.

- Projetos bilaterais associados na região da Mata Atlântica;
- Programa de Ecoturismo para a Amazônia (PROECOTUR);
- Programa de pesquisa de grande escala sobre interação da biosfera e da atmosfera na Amazônia (LBA);
- Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA);
- Programa Nacional de Florestas (PNF), entre outros.

Nos casos em que a responsabilidade pelos outros programas não caiba já ao Ministério do Meio Ambiente, devem-se realizar reuniões regulares ou seminários (uma ou duas vezes por ano) para intercâmbio de informações entre a comunidade do Programa e os órgãos responsáveis por estes e outros programas relevantes.

Financiamento e linhas temáticas

Para a Segunda Fase do Programa, a ser iniciada em 2003, prevê-se o financiamento de linhas de ação temáticas mais amplas, em vez do financiamento de projetos específicos. As atividades de cada linha poderão ser financiadas de modo mais flexível em consonância com prioridades estratégicas para o tema, de maneira competitiva. Um mecanismo de triagem, semelhante ao usado no FNMA, deverá garantir um mínimo de qualidade técnica das propostas.

Será possível estabelecer fundos específicos para as linhas temáticas, segundo arranjos a serem definidos na fase de transição. Cada linha temática seria gerida por um gerente temático, e as propostas recebidas seriam aprovadas por um comitê supervisor (semelhante à Comissão Executiva do PD/A ou ao Conselho Executivo do FUNBIO). Nos casos em que as normas dos doadores o permitam, os fundos poderão receber recursos não usados de projetos existentes. Do contrário, os fundos receberiam doações novas de doadores bilaterais, privados, do RFT ou do orçamento do governo brasileiro.

Regras Comuns

Os Participantes reconhecem que as diferentes regras e procedimentos relativos às várias fontes de financiamento (RFT, outros fundos fiduciários administrados pelo Banco Mundial, doações bilaterais, fundos do orçamento nacional, etc.) complicam o Programa. Os Participantes, incluindo os governos federal e estaduais, doadores, agentes financeiros e o Banco Mundial, comprometem-se a trabalhar juntos para adotar regras e procedimentos comuns e simplificados, na medida do possível, e reduzir a complexidade, levando em consideração também os novos mecanismos financeiros a serem desenvolvidos. Um grupo de trabalho entregará uma proposta preliminar até 31 de dezembro de 2001, para ser discutida e eventualmente aprovada pela CCC.

Os Participantes acolheriam o envolvimento do Banco Mundial como credor em apoio ao Programa Nacional de Florestas, caso o Governo brasileiro decida buscar tal assistência do Banco.

Grupos de Trabalho: Proposta

1. Declaração de Missão e Caráter do Programa
Capítulos 2 e 3

2. A Segunda Fase (características, estratégia, conteúdo)
Capítulo 4

3. Opções de Arranjos Financeiros Alternativos
Capítulos 5 e 6, material de contextualização

4. Coordenação do Programa (estrutura, abrangência, arranjos)
Capítulos 7, 8 e 9

5. Plano de Ação
Capítulo 11

SUMMARY OF THE MAIN RESULTS OF THE NATIONAL MEETING OF THE PILOT PROGRAM

May 28-30, 2001

- **Wide participation:** 3 days, 63 presentations, 300 participants, federal, state and local governments, civil society, international cooperation agencies
- **Contacts resolved:** international cooperation in Amazon, government/ ministries, federalism, conservation/development, Atlantic forest, basic/ applied science, mandatory/voluntary measures
- **Advances:** administrative structure working (CCB, CCC, CCD), approval of projects, disbursement of funds, projects on board
- **New technology:** remote sensing, GPS, Internet, Power Point, etc.
- **Scientific findings:** planetary importance of tropical forests as carbon sinks
- **Relevant results:** many exist, but many were unforeseen in log frames and few are identified by project executors; assistance is needed
- **Signs of turning point in deforestation:** less deforestation and burning in Mato Grosso and more reforestation in Rio Grande do Sul
- **Difference:** turning point, contrast before and after Pilot Program (cf. Cerrado and Caatinga)
- **Mainstreaming:** directly and through catalytic role of Brazilian governmental and non-governmental participants
- **Program integration:** increasing integration among projects and subprograms
- **Integration with economic area:** challenge but under way
- **Targets for advocacy:** Congress, states and municipalities, civil society beyond environmentalist NGOs, public opinion
- **Social capital:** unprecedented capacity and participation linked to a government program
- **Other resources:** many hundreds of millions, primarily Brazilian government
- **Role of donors:** still important for leverage

- **New issues:** decentralization to municipalities, urban environment, administration of complex partnerships with unforeseeable circumstances and public-private interface

ppsummary: version 2.0

INSTITUTO	CENTAL
data	____/____/____
cod.	M3 v 00 684

**PRONUNCIAMENTO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MMA
DURANTE A VI REUNIÃO DO PARTICIPANTES DO PPG7**

INTRODUÇÃO

Esta Sexta Reunião dos Participantes ocorre em um momento particularmente importante, em que o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil está encerrando a sua primeira fase de execução, acaba de passar pela sua revisão de meio termo e tem em perspectiva a transição para a sua segunda e definitiva etapa.

Os avanços havidos na execução dos vários componentes, os seus resultados e lições, bem como os seus entraves, lacunas e dificuldades, devem ser discutidos e avaliados pelos Participantes, com vistas à sua continuidade.

Desta vez, a Reunião dos Participantes foi precedida do Primeiro Encontro Nacional do PP-G7, em que todos os seus atores tiveram a oportunidade de expressar as suas expectativas, além de demonstrar o expressivo capital institucional e social desenvolvido no decorrer da sua primeira fase. Esta experiência deve se repetir no futuro, como demonstração do protagonismo brasileiro – não apenas do governo federal, mas também dos estados e da sociedade civil na implementação do Programa.

É absolutamente relevante que este evento se realize aqui em Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, parte do cenário em que o Programa Piloto se desenvolve. Esta opção reflete o desejo do governo federal de prestigiar os seus atores concretos. O MMA agradece a hospitalidade e o engajamento do governo do Mato Grosso, fundamentais para o sucesso desta reunião.

Para estabelecer as bases das nossas discussões, o governo brasileiro apresenta o documento intitulado “Proposta para a Segunda Fase do PP-G7”, que deve ter sido distribuído a todos os Participantes. Não farei aqui a leitura da íntegra deste documento, o que tomaria muito do pouco tempo de que dispomos, mas pretendo destacar os seus pontos mais fundamentais.

DESTAQUES DO DOCUMENTO

O Programa Piloto foi construído e implementado através do envolvimento dos segmentos institucionais mais relevantes para a proteção das florestas tropicais no Brasil. Assim, os estados, as organizações representativas da sociedade civil, outros ministérios – além do MMA – e, em menor grau, o setor privado, constituem as vertentes de relações interinstitucionais que o caracterizam como um Programa aberto e participativo.

Ainda assim, o governo brasileiro considera que este esforço para o envolvimento dos atores sociais e institucionais relevantes para os objetivos do Programa Piloto deve prosseguir e ampliar-se na sua continuidade. Questões relativas às políticas agrícola,

fundiária e de desenvolvimento regional devem ser objeto de novos projetos, que potencializem as suas interfaces com o PP-G7.

Durante a sua primeira fase, o Programa Piloto produziu resultados significativos em relação às várias vertentes de relações interinstitucionais desenvolvidas. Os governos estaduais, por exemplo, em especial os da região amazônica, souberam aproveitar-se das oportunidades oferecidas para constituir programas ambientais consistentes e para estruturar órgãos ambientais profissionalizados, capazes de gerar receitas próprias e de assumir responsabilidades crescentes na gestão do meio ambiente. Credenciaram-se para firmar pactos federativos e para desenvolver outros projetos próprios ou associados ao PP-G7.

Porém, os próprios órgãos ambientais de cada estado identificam áreas de maior fragilidade nas suas atuações, que podem ser supridas, pelo menos em parte, pelo redirecionamento dos projetos pertinentes e dos recursos disponíveis no âmbito do PP-G7.

Os projetos executados com a participação direta da sociedade civil organizada apresentaram os melhores níveis de execução e já estão ingressando na sua segunda fase. Desenvolveram mecanismos novos de internalização de recursos e de gestão, e produziram resultados importantes para as comunidades beneficiárias, que favorecem a sua permanência na floresta e a sua sustentação a partir dos recursos da floresta.

No entanto, a execução dos projetos demonstrativos ressentiu-se da falta de assistência técnica, de oportunidades de mercado e de mecanismos de monitoramento adequados. Para prover estas deficiências, incorporar novos componentes, disseminar os seus resultados e articular novas iniciativas e projetos junto às instituições públicas de fomento, a exemplo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o governo brasileiro considera indispensável alcançar um patamar mais elevado e estável para desenvolver as suas relações com o terceiro setor, valendo-se das alternativas legais instituídas após a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, que são as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Providências como as aqui sugeridas – a consolidação de programas ambientais estaduais consistentes, o atingimento de um novo patamar para as relações com a sociedade civil, a inserção de outros ministérios e órgãos do governo federal e a identificação de novas oportunidades para o envolvimento do setor privado – devem conformar uma agenda estratégica de curto prazo, que tenha por objetivo potencializar os resultados alcançados nesta primeira fase, dentro da lógica das relações interinstitucionais que constituíram o Programa Piloto até aqui.

Nos últimos anos, a opinião pública brasileira deu fortes demonstrações da sua consciência sobre a importância da proteção das florestas para as suas condições de vida e para o meio ambiente em geral. A sua mobilização em defesa do Código Florestal é o mais eloquente exemplo disto.

Neste período, a legislação brasileira registrou grandes avanços. A promulgação das leis de Crimes Ambientais e do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, a edição através

de medida provisória da proposta formulada pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – para o aperfeiçoamento do Código Florestal, destacam-se no plano federal. Neste mesmo sentido, outras iniciativas importantes vêm sendo adotadas pelos estados e municípios.

Também avançamos na formação de consensos básicos e indispensáveis para a eficácia das políticas ambientais, através da discussão e formulação das Agenda Positivas, sob a coordenação da Secretaria de Coordenação da Amazônia e da participação dos vários atores públicos e privados interessados no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Outros projetos e programas foram formulados e executados no âmbito do MMA e de outras instâncias de governo, aproveitando-se das experiências do PP-G7.

O Ministro Sarney Filho vem liderando um intenso processo de negociações entre os órgãos federais, estaduais e organizações da sociedade civil, que têm resultado na recente edição de um conjunto de atos – como os aqui anunciados - que visam ampliar a capacidade de monitoramento e de controle sobre o desmatamento, assim como estimular o manejo sustentável dos recursos florestais. Experiências testadas no âmbito do PP-G7, como o sistema de licenciamento rural desenvolvido pelo governo do Mato Grosso, fundamentam estes atos.

O MMA também vem desenvolvendo articulações junto ao Ministério de Integração Nacional para evitar, atenuar e compensar os impactos sobre o desmatamento que eventualmente decorram da implantação de obras de infraestrutura previstas no Programa Avança Brasil. A estruturação da agência governamental que substituirá a SUDAM constitui uma nova oportunidade para internalizar nos seus projetos componentes voltados para a sustentabilidade ambiental.

Para apoiar a consecução destes objetivos, o governo brasileiro propõe aos Participantes – governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, representantes dos países doadores e de organismos multilaterais – que seja desenhada e implementada uma segunda fase do PP-G7. O governo propõe que esta segunda fase seja formulada, negociada e contratada no decorrer dos próximos 18 a 24 meses, concomitantemente à continuidade da execução dos atuais projetos e à potencialização dos seus resultados, para que ela possa ser executada a partir de 2003, com duração para os cinco anos subseqüentes.

Propõe, ainda, que esta segunda fase esteja baseada na definição de linhas temáticas prioritárias para a proteção das florestas brasileiras, que resgatem as melhores experiências do PP-G7 projetando-as em maior escala e incorporem novas áreas temáticas não desenvolvidas no contexto da primeira fase, reforçando o caráter de programa integrado, valendo-se do fortalecimento institucional até aqui conquistado.

Para dar início às discussões sobre o conjunto das linhas temáticas que devem constituir a segunda fase do PP-G7, o governo destaca as seguintes prioridades, sem prejuízo de outras que venham a ser identificadas:

- Gestão pública e social de áreas protegidas
- Gestão ambiental municipal

- Zoneamento e planejamento ambiental regional
- Controle do desmatamento e aplicação da legislação florestal
- Manejo florestal e consórcios agro-florestais
- Assentamentos rurais sustentáveis
- Negócios sustentáveis
- Produção de conhecimento científico e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável
- Recuperação de áreas degradadas

As linhas temática aqui propostas devem aplicar-se à Amazônia Legal Brasileira e à área de domínio da Mata Atlântica, conforme definidas em lei. As instâncias gestoras de cada linha temática devem definir parâmetros e critérios para contemplar as especificidades de cada bioma.

Estas linhas temáticas devem dispor de fundos próprios, para os quais sejam elegíveis projetos de quaisquer instituições públicas ou privadas, com base em regras claras e transparentes. Devem ser coordenadas por comitês interinstitucionais abertos e participativos, sob a liderança das instituições competentes, em cada caso.

A viabilização de uma segunda fase depende da alocação de novos recursos. Da sua parte, o governo brasileiro promoverá aumentos progressivos dos recursos de contrapartida nacional e solicita que os doadores disponibilizem recursos adicionais. Solicita, ainda, que o Banco Mundial intensifique esforços para o envolvimento de novos doadores, e que se disponha a apoiar com recursos próprios o desenvolvimento da segunda fase do PP-G7.

Havendo concordância das Partes para a implementação de uma segunda fase, deve-se definir, de comum acordo, uma estratégia e um período de transição. Dois objetivos devem ser atingidos no decorrer desta transição: a consolidação dos resultados da primeira fase e o desenho, negociação e contratação da segunda fase.

O governo brasileiro propõe que seja constituído um grupo de trabalho tripartite – poder público, sociedade civil e doadores – coordenado pelo MMA e secretariado pelo Banco Mundial – para propor uma agenda de transição e detalhar a proposta de grade temática para a segunda fase do Programa Piloto, que devem ser analisadas e aprovadas pela CCC até dezembro de 2001.

O governo brasileiro aumentará a contrapartida nacional para o PP-G7, com o objetivo de complementar o financiamento das atividades da sua coordenação no período de transição, tais como a incorporação dos melhores resultados da primeira fase em programas permanentes de governo, a criação de instituição privada de interesse público para desenvolver os projetos de parceria com a sociedade civil e para a formulação da segunda fase do Programa Piloto.

Para tanto, de imediato, o MMA alocará recursos próprios adicionais, em montante correspondente a 20% do total da contrapartida brasileira estabelecida no orçamento de 2001. Proporá, ainda, no contexto da proposta orçamentária para 2002, a alocação de recursos adicionais em valor equivalente ao total da contrapartida prevista.

O governo brasileiro solicita, ainda, que os doadores disponibilizem recursos adicionais para o Banco Mundial, através do RFT, de modo a atender as demandas já existentes no âmbito da primeira fase, e para complementar os investimentos requeridos para transição para a segunda fase.

Para superar ou reduzir as dificuldades de gestão identificadas durante a primeira fase do Programa Piloto, o governo brasileiro propõe que os projetos relativos à sociedade civil organizada passem a ser geridos diretamente pela organização a ser criada para este fim, e que os demais sejam objeto de um mecanismo único de internalização de recursos, reduzindo o número de contratos que devem ser firmados por cada doador, de modo a unificar os trâmites necessários e a desonerar os processos de coordenação e de decisão política, favorecendo a agilidade na execução dos projetos.

Finalmente, o governo brasileiro propõe que as instâncias de gestão – CCB, CCD e CCC – sejam mantidas, sem prejuízo dos ajustes de composição que venham a ser necessários, e que a Coordenação Geral do Programa Piloto continue integrando a estrutura do MMA, fazendo-se também presente nas instâncias de direção e de articulação interinstitucionais que venham a ser constituídas.

INSTITUTO	SOB	AMBIENTAL
data	/	/
cod.	M3 p	004 84

STATEMENT BY THE MINISTER OF ENVIRONMENT, JOSÉ SARNEY FILHO, AT THE OPENING OF THE SIXTH PARTICIPANTS MEETING of the Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forests – PPG-7, in Cuiabá – MT, on 30th May 2001.

Governor of the State of Mato Grosso, Dante de Oliveira;
State Secretary for the Environment (?), _____;
Mayor of Cuiabá, _____;
Heads of Delegations of Donor Countries;
Ladies and Gentlemen.

We are once again gathered together to deal with the future direction of the Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forests – PPG-7, a program that only time will be able to determine its true impact on Brazilian environmental policy. The Program was first proposed in 1991, when negotiations began, and execution began four years later, becoming, without the shadow of a doubt, the country's major official environment program. Due to its pilot nature, it became a laboratory of experiments on the conservation and sustainable use of natural resources, concentrating, during its first stage, on the Amazon region. Although the Atlantic Forest already has Demonstration Projects, today it deepens its involvement in the program, with the implementation of its Ecological Corridor and the creation of a specific subprogram for the biome.

Despite all the management difficulties encountered, a very wide range of results was achieved, just as there is a very broad potential for disseminating the projects in the various thematic areas, facilitating the coordination with public and private

sustainable development initiatives in our forests. The Program's contribution to creating and strengthening consistent environmental projects in the states was extremely valuable. These states now have their own regulatory structures, with able environmental bodies, which have allowed them to take on growing environmental management responsibilities and have allowed the Federal Government to promote decentralization of responsibilities, as foreseen in the Constitution. But best of all has been the strengthening of civil society in the regions of the projects, not only by contributing resources towards project execution, but also by increasing the participation of the community in developing policies that meet their needs.

In 1999, when I took over the Ministry of Environment, we proposed that the Program should be given a new direction, in which the Brazilian Government would play a greater role in defining priorities and implementing projects. We acted in this way because we were certain of our concrete policy proposal for the Amazon, a policy that is capable of slowly eroding the established predatory model, and of directing regional development actions towards a scenario of sustainability. To achieve this we needed to rely on the support of the Pilot Program, the main coordinator of sustainable initiatives in the Amazon.

The policy we proposed then and are still following today is based on three supporting pillars: 1 - strengthening the control of natural resources use, by licensing, inspection and monitoring; 2- encouraging the productive sector and the community to adopt sustainable daily and economic practices; and 3 -

enhancing the consolidation of protected areas, with a view to the *in situ* conservation of our biodiversity.

Our enthusiasm was not only based on the guidelines we had, but also on the broad negotiation we intended to begin, to foster a process of participatory planning for the region. We were convinced that environmental management would only be feasible if we entered into a dialogue with prevailing social and economic forces. To do so, it would be essential, in addition to coercing infringements, to negotiate environmental, economic and social interests, with a view to defining the policies to be implemented. The Positive Agendas for the Amazon were built on this premise.

The Positive Agendas are, therefore, results of the efforts of federal and state governments and the political, economic and social agents involved in deforestation in the Amazon. They express the consensus and dissensus and define a common agenda of challenges to be overcome to achieve sustainable development in the region. This has led to the implementation of the agreed propositions, which came from the dwellers of the region, to whom we are committed.

With respect to the responsibilities of government, we have pledged to modernize and expedite the mechanisms for controlling potentially degrading activities, particularly environmental licensing in rural properties and approval of forest management plans. Allied to these initiatives for encouraging legalization of activities, we are undertaking an unprecedented effort in inspection and monitoring of deforestation and burnings. In the year 2000, the Program to

Prevent and Control Burnings and Forest Fires in the Legal Amazon, known as PROARCO, because it concentrates its actions mostly in the Deforestation Arc, has achieved significant results, which we are glad to present:

1 - No accidents with the use of fire were identified in the state of Roraima;

2 - there was a relative decrease of 86% in the number of accidents in the monitored states, compared to the drought months in 1998;

3 - there was a 19% reduction in the hotspots in the region, and 34.3% in the state of Mato Grosso during the critical period.

In order to conceive a new control model, we undertook a careful analysis of deforestation dynamics. We were then able to define differentiated strategies for the various realities of the Amazonian territory. Demonstrative actions were developed for the states of Mato Grosso, Pará and Rondônia, which concentrate more than 80% of the current annual deforestation of the Amazon. In these three states, we focused on 43 municipalities, where 70% of the deforestation in these states occurs -- 58% of the total deforestation of the region. Within these 43 municipalities, we concentrated on the large properties and rural settlements. As you can see, we abandoned a generic vision, which provided us with a rate of deforestation given to us by the National Space Agency, and zoomed in to the reality of

deforestation, so that we could approach it with appropriate accuracy and strategy.

The new Licensing System we are implementing is based on the pilot experiments we carried out in the states of Mato Grosso and Acre, with the assistance of the Subprogram for Natural Resources Policy – SPRN, of the Pilot Program. Mato Grosso's environmental agency undertook the licensing of properties greater than 200 ha, with the aid of an innovative fully georeferenced monitoring system, which will be presented here shortly by the State Environmental Secretary. In Acre, a model was developed to regulate deforestation in properties of up to 3 ha, making small producers aware of their rights and obligations. These farmers often only had the right of tenure over their lands, which prevented them from licensing their activities.

This new approach, coordinated by the Ministry of Environment, has shown that enforcement of the law, together with dialogue with the productive sectors which have been traditionally degrading the environment, is the path to be followed.

In order to adapt these experiences to other Amazonian states, we are adopting a set of measures that aim to:

- share management responsibilities with the states,
- regulate deforestation in small properties,
- share decision making with the productive sectors, local communities and NGOs for monitoring deforestation authorizations,

- outsource georeferenced information services, and
- decrease the bureaucracy in the procedures for approving forest management plans.

This Pilot Program Participants Meeting takes place at the very moment we are complementing these measures. It is for this reason that we decided to make use of this opportunity and at the end of my statement I will sign two remaining administrative acts required to consolidate this regulatory framework which modernizes and strengthens the control of deforestation in the Legal Amazon.

With regard to encouraging alternative sustainable development activities, we have no doubts that forestry must remain the primary activity in the Amazon, in most of its territory, and that we need to enhance this activity in promoting the sustainability of the region. Still operating in unbalanced manner, the sector already provides 500 thousand direct and indirect jobs in the region and is responsible for 15% of the GDP of states such as Pará, Mato Grosso and Rondônia. Thus, it seems to us that the right thing to do is to improve management techniques, making logging more rational and productive, increasing the forest's chances for survival.

To carry this out, we created the National Forest Program, which provides for the creation of 500 thousand square kilometers of national and state forests for economic use - the FLONAS. We hope that in the near future most of the timber for the domestic and international markets comes from these protected and controlled forests, wherein logging is carried out according to sustainable management practices. We are very hopeful of the

change in the profile of the timber sector, as it incorporates sustainable management and certification.

Ecological tourism is another priority area for investments, generating a large number of jobs and income, while at the same time increasing the awareness of the need to preserve the biome.

We have a program for developing tourism in the Amazon – PROECOTUR, part of the Federal Government's *Avança Brasil* Plan, with resources of around 120 million reals for public investments and 400 million for credit lines. This recently launched program will create conditions for the private sector to safely invest in ecotourism, creating internationally competitive products and itineraries.

We believe that these efforts should be made increasingly compatible with the sustainable economic use of the forest carried out under the Pilot Program.

There are several successful experiences in conservation and sustainable management of forests, associated to extractivism, family farming and indigenous peoples. These experiences, however, because of their pilot and focalized nature, have not really had an impact on policies or the market and neither have they reversed long standing structural trends. Good results have not yet reached most of the communities that live in the forest. Some subprojects, which had intended to open markets for non-traditional forest products, were not successful because of the lack of technical support and the scale needed for production.

Thus, the first stage of the execution of the PPG-7 and its midterm review are concluded. The time has now come to discuss the second phase, to incorporate its results and the developed management instruments into permanent policies, to be adopted by public institutions and the productive sector.

It becomes ever more urgent to increase the adoption of sustainability to more effective levels of execution, because despite all our initiatives, we are aware that we do not control the decisions of other public administration areas, which often have strong impacts on the biome, given the recent warning received by the increased rate of deforestation published by the National Space Agency. Our path, even though resolute, has been run over by policies from other areas and bodies, going against the current, and have reinforced the long standing predatory model. Thus, was born an even greater conviction that we need to persevere with our negotiations with other sectors of federal, state and local governments in order to incorporate sustainability parameters, through effective measures, into the goals for the country's growth. We have no doubts that the task of reverting the levels of deforestation go beyond the responsibilities of the environmental area.

We are demanding that the all the forces of the State employ a strategic view of the Amazon, resulting in a concept of regional development that identifies the activities to be encouraged, in accordance with the peculiarities and aptitudes of each sub-region within the vast Amazonian territory.

It is not enough, however, to establish rigorous territorial planning, based on the objectives of environmental preservation.

if at the same time new institutional and financial conditions are not created to foster its implementation.

Besides the required revision of the criteria for providing credit and financial incentives and for the allocation of constitutional funds, we have to revert the pulverization of these resources, which have been managed without any common strategy for regional development. The amount of transferred funds is quite significant, but its dispersion among the various agencies in charge of its management has prevented its more efficient use.

With this assessment in hand, President Fernando Henrique Cardoso, has agreed that the Ministry of Environment be part of the working group to discuss the creation of the new Amazon Development Agency. Our main interest in this task is to incorporate efficient economic instruments in a global effort of all government to decrease the rate of deforestation and to implement sustainable development in the region.

In this regard, we consider that the second phase, the conversion of the PPG-7 experiences into permanent public policies, should include coordination with other ministries and bodies of the various levels of government to incorporate the results achieved this far. An example in point is the incorporation of the thematic line "sustainable rural settlements", not existing in the first phase, implying the insertion of the Ministry of Agrarian Development (MDA) in the PPG-7. The Ministry of Environment has already begun negotiations and has received positive feedback from the MDA, with regard to its interest in participating directly in the second phase of the Pilot Program.

Another example of the required coordination are the infrastructure projects foreseen for the region that may result in direct and indirect impacts on the conservation of the biome. It is vital that the PPG-7 projects contribute to avoiding or mitigating damages, based on the results of a study we recommended that will be carried out to identify the aggregate impacts arising from the implementation of the "axes of integration and development" planned for the Amazon.

In addition, there are three other perspectives that should guide the second phase of the program, in its proposal for alternative sustainable activities for the Amazon.

First, it is necessary to establish a closer partnership with organized civil society, because we believe that during the transition from best experiences to permanent policies, the PPG-7 should have more efficient and less bureaucratic shared management instruments.

We see that the PPG-7 projects, headed by NGOs and social movements, such as the PDA and the RESEX, have been the most successful. In the case of the PDA, 140 subprojects were or are being implemented, because of more expeditious internalization of resources, through the Banco do Brasil. RESEX, in its turn, promoted the implementation of five extractive reserves, in partnership with CNPT and associations. Both projects have successfully completed the first stage of the program.

So we propose the creation of an organization to institutionalize the partnerships among state and civil society within the PPG-7, based on the legislation that regulates the activities of the so-called third sector.

A second perspective to be considered is to enhance decentralization in environmental management and to increase coordination among the levels of government. After several years of moroseness and bureaucratic obstacles the Subprogram for Natural Resources Policies - SPRN begins to produce results, both in the ecological-economic zoning of the states and in the execution of Integrated Environmental Management Projects - PGAI. The main objective for a second phase would be to mobilize political, technical and financial support for the Amazonian states that desire to consolidate their own sustainable development projects, within a macro-regional strategy.

The third perspective to be considered refers to fostering sustainable economic practices in partnership with the private sector. Up to now, the PPG-7 has achieved little progress in its relations with the private sector in the Amazon. We are now, however, beginning to formulate the "Sustainable Businesses" component, which should meet the demands of the private sector, in directing it towards more sustainable activities. It is expected that some essential segments of the forest economy may have access to financing for the sustainable management of natural resources, so that sustainable production achieves market competitiveness. To do so, it is essential that the main institutions that foster regional production are involved, such as the Brazilian Economic and Social Development Bank

(BNDES), the Amazon Bank (BASA) and the new Agency replacing SUDAM.

In the initial design of the second phase it also extremely important to include among the thematic lines, some of those directly linked to the measures recently adopted by the Ministry to control deforestation. We suggest the following: "regional environmental planning and zoning", "control of deforestation and enforcement of forest legislation", and "forest management and agroforestry consortia".

In conclusion, we are aware that it will be essential to have new resources available for the second phase of the PPG-7. The Brazilian Government asks its international partners to provide new grants for the PPG-7, and in turn, it will progressively increase national counterpart resources, so as to make this transition stage possible, seeking to establish a greater equilibrium between domestic and foreign resources for this new stage of the Pilot Program, when the achievements obtained up to now will mature.

The most important requirement to deal with the coming transition phase was provided by strengthening the direction of the Brazilian Government, made possible by the changes in the institutional management of the PPG-7 last year. It was in this government that the Pilot Program developed and it is also in this government that it should consolidate its major initiatives, so that they may be absorbed by the Brazilian state and inherited by the governments that will succeed it.

The Minister of Environment and his staff are convinced that they will not see during their administration, the results of the policy that they are currently implementing for the sustainable development of the Amazon. We will however be satisfied with the knowledge that we are building an adequately solid institutional framework capable of leading the region to a promising future of environmental conservation and social welfare.

Thank you very much.